

Desafios Políticos para o Uso da Informática na Educação no Estado de Santa Catarina¹

Marciele Berger Bernardes²

Paloma Maria Santos³

Sumário: 1. Introdução; 2. Estratégias de Governo para a Educação no Contexto das Novas Tecnologias; 3. Educação: Análise das Iniciativas de Governo Eletrônico; 4. Diretrizes do Proinfo para o Estado de Santa Catarina; 5. Resultados Parciais da Pesquisa; 6. Conclusão; 7. Referências.

Resumo: Este estudo tem por objetivo levantar as principais políticas estaduais do governo referentes ao uso da informática na educação e verificar sua implementação junto aos multiplicadores e professores das unidades públicas de ensino, no Estado de Santa Catarina. O referencial teórico está relacionado ao estudo do e-gov, com enfoque no governo para o cidadão, onde se insere o projeto de informática na educação. Com esse aporte, se propõe verificar a implementação e a execução das políticas públicas estaduais junto aos multiplicadores desse projeto. Utilizou-se a estratégia de estudo de caso com métodos qualitativos para levantamento e análise de dados, por meio de análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas.

Palavras-chave: Políticas Estaduais; Informática na Educação; Governo Eletrônico.

1. Introdução

O objeto definido para o presente estudo surge a partir da reflexão que se estabelece entre informática e educação. O que chamou a atenção foi que, embora há mais de vinte anos o governo federal venha desenvolvendo um processo de institucionalização da Política de Informática na Educação brasileira, esta ainda é pouco discutida e não raras vezes encontra resistência por parte dos educadores.

A iniciativa do trabalho, de sistematizar e analisar criticamente o processo de elaboração das políticas estaduais para a informática na educação brasileira decorre da escassez de estudos sobre a questão. A bibliografia a respeito dessas políticas, especificamente para o caso de Santa Catarina, é quase inexistente. Para tal análise, foram utilizados dados advindos de documentos disponíveis na internet e, sobretudo de informações procedentes das entrevistas semi-estruturadas, aplicadas no mês de agosto de 2009, junto a Equipe de Gerência de Tecnologia Educacional e Infraestrutura do Estado de Santa Catarina.

Para tal reflexão, parte-se da hipótese que o setor de educação vem sofrendo a ação das novas tecnologias, que permitem o acesso a uma enorme riqueza de informações e levam a alterações nas condições técnicas de produção e nas relações sociais no trabalho. Alterações estas que ainda são objeto de profundas controvérsias.

¹ Parte do artigo foi publicado nos Anais do IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009, com o título Políticas Estaduais de Informática Educacional no Estado de Santa Catarina: Evolução e Perspectivas.

² Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Bolsista CAPES.

³ Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Bolsista CAPES.

Evidentemente, é preciso aprender a lidar com a tecnologia, sem deixar que esta venha a inibir a capacidade de decisão e de imaginação. Nesse sentido, o potencial transformador das novas tecnologias, depende de acompanhamento e de implementação de políticas públicas, caso contrário, a informática aplicada na educação, de forma isolada, não será uma ferramenta transformadora.

Nesse contexto, algumas questões são relevantes: Por que levar tecnologia à educação? Quais seus reais objetivos? Basta equipar as escolas com laboratórios de informática e as mais modernas tecnologias ou é necessário a capacitação dos professores para uso dos novos recursos para produção e construção do conhecimento?

Partindo dessas questões, este estudo foi dividido em quatro partes: na primeira parte, é feita uma discussão teórica acerca da estratégia de governo eletrônico no qual se insere a temática da informática no universo estrutural da educação digital e os entornos virtuais da aprendizagem. Na segunda, é analisado o contexto histórico brasileiro envolvendo os governos, na trajetória de implantação e implementação das novas tecnologias no sistema de ensino. Na terceira, são apresentadas as principais diretrizes da Política de Informática na Educação, PROINFO, do Estado de Santa Catarina e organização desses projetos. E, para finalizar, são apresentados resultados parciais acerca do processo político em andamento no Estado.

2. Estratégias de Governo para a Educação no Contexto das Novas Tecnologias

*“Os homens criam as ferramentas e as ferramentas recriam os homens”
Marshall McLuhan*

Nas últimas décadas, os impactos da Internet e das redes de computadores propiciaram o surgimento daquilo que alguns doutrinadores chamam de Sociedade da Informação (CASTELLS, 2003), e atingiram várias áreas de atividades humanas, dentre elas a educação. Esta, conforme o artigo 205 da Constituição Federal,

é direito de todos e a sua promoção é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade. Dela depende o pleno crescimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a conseqüente qualificação para o trabalho (BRASIL, 2008).

É sabido que as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem ser usadas como instrumento de desenvolvimento da educação e que no Brasil, algumas iniciativas se mostram bastante avançadas. É, pois, a partir desse contexto, que serão tratadas as iniciativas governamentais disponibilizadas através da internet, que passaram a ser chamadas de governo eletrônico (e-gov).

Uma questão inicial na abordagem das experiências de *e-gov* refere-se aos contornos teóricos. Segundo Rover (2004), o governo eletrônico se traduz numa estrutura de comunicação entre órgãos públicos, onde a tecnologia da informação e da comunicação é usada para melhorar a gestão pública e o atendimento ao cidadão. Trata-se de um governo ao alcance de todos e que incrementa a participação cidadã.

Pode-se inferir que, esse conjunto de serviços e de acesso a informações que o governo oferece aos cidadãos, referenda a idéia básica defendida por Habermas (1997, p.106): “um povo é tanto mais democrático quanto maior for o papel por ele atribuído ao raciocínio, à reflexão e ao espírito crítico na regulação de seus assuntos públicos”.

O estudo do e-gov, no cenário nacional, ganhou espaço com o seu estabelecimento na administração pública federal, a partir de março de 2000, o que levou à arquitetura de uma estrutura organizacional e informacional com ênfase nas iniciativas do Governo Federal voltadas para o uso da internet no exercício da cidadania.

De forma geral, o uso das TICs, permitindo a interação com o cidadão, a melhoria da gestão interna dos órgãos são evidenciadas pelas seguintes opções:

a) Governo para Governo (G2G): nesta relação, tanto o ofertante do bem ou serviço quanto o beneficiário fazem parte do governo e se encontram em uma relação horizontal. Envolve relações intra ou inter governos; b) Governo para Cidadão (G2C) e Cidadão para Governo (C2G): essas relações envolvem a interação entre governos e cidadãos. As transações são efetuadas não somente pelo uso da Internet, mas também por outros canais que demandam suporte de tecnologia da informação e comunicação; c) Governo para Negócios (G2B) e Negócios para Governo (B2G): envolve a interação do governo com empresas privadas. Na primeira perspectiva (G2B), o governo oferece serviços e bens para empresas. Já as relações B2G, envolvem a compra de serviços ou bens pelo Estado de fornecedores privados, criando uma interface ampla com as empresas (AFONSO; FERNANDES, 2001, p. 21-64).

Dentro desse quadro, cumpre registrar que o presente estudo se insere na categoria G2C, com destaque para a prestação de serviços educacionais, no sentido de que se há de promover uma mudança de atitude por parte dos prestadores de serviços, uma vez que há uma grande distância entre o cidadão simplesmente ter a informação/acesso e a participar efetivamente.

Nesta perspectiva, é imperioso lembrar que neste novo modelo de gestão, não basta dispor de uma infraestrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento e a **educação** é o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação (TAKAHASHI, 2000, grifo nosso).

A dinâmica da sociedade da informação, requer educação que permita o acompanhamento das mudanças tecnológicas. Moran, corrobora nesse sentido, e diz que “é importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitem a evolução dos indivíduos” (1999, p.06).

Portanto, é para esse contexto de sociedade da Informação que deve ser pensado o projeto de governo eletrônico. A ênfase deve estar no **aprender a aprender**, pois a sociedade está imersa num ambiente de novas tecnologias e participa da chamada comunidade de aprendizagem. Para tanto, é indispensável o comprometimento com a construção e socialização dos conhecimentos.

É necessário que haja capacitação pedagógica e tecnológica dos educadores - elemento indispensável para a adequada utilização do potencial didático dos novos meios e

fator de multiplicação das competências (TAKAHASHI, 2000). Nesse sentido, Valente (1993) refere que a implantação da informática na educação, implica na articulação de diferentes elementos a serviço de um projeto educativo, que ultrapasse o domínio instrumental, mas que também dele não descuide.

3. E-educação: Análise das Iniciativas de Governo Eletrônico

Quando se fala em *e-gov* e educação se faz imperioso abordar a tecnologia educacional, no cenário da educação brasileira, que na verdade, são iniciativas precursoras ao programa de governo eletrônico.

De acordo com Tajra (1998, p.10), depois de aprovada a Lei de Informática, em 1985, o governo passou a intensificar os investimentos na área de educação, instalando computadores na área educacional de 1º e 2º graus, atual ensino médio, da rede pública, visando à melhoria da qualidade das escolas, de tal forma que fosse possível garantir aos alunos o acesso ao conhecimento de uma tecnologia bastante utilizada na sociedade moderna. Ações em relação à Política de Informática Educativa também foram tomadas, conforme descrito por Tajra (1998, p.13), e exposto na tabela 1.

Tabela 1. Ações do Governo Federal em relação à Política da Informática no Brasil (Fonte: Adaptado de Tajra (1998))

DATAS	AÇÕES
1979	A SEI efetuou uma proposta para os setores educacional, agrícola, saúde e industrial, para a viabilização de recursos computacionais em suas atividades
1980	A SEI criou uma Comissão Especial de Educação para colher subsídios, visando gerar normas e diretrizes para a área de informática na educação
1981	I Seminário Nacional de Informática na Educação (SEI, MEC, CNPQ) – Brasília. <u>Recomendações</u> : que as atividades da Informática Educativa sejam balizadas por valores culturais, sócio-políticos e pedagógicos da realidade brasileira; que os aspectos técnico-econômicos sejam equacionados não em função das pressões de mercado, mas dos benefícios sócio-educacionais; não considerar o uso dos recursos computacionais como nova panacéia para enfrentar os problemas de educação e a criação de projetos piloto de caráter experimental com implantação limitada, objetivando a realização de pesquisa sobre a utilização da informática no processo educacional
1982	II Seminário Nacional de Informática Educativa (Salvador), que contou com a participação de pesquisadores das áreas de educação, sociologia, informática e psicologia. <u>Recomendações</u> : que os núcleos de estudos fossem vinculados às universidades, com caráter interdisciplinar, priorizando o ensino de 2º grau, não deixando de envolver outros grupos de ensino; que os computadores fossem um meio auxiliar do processo educacional, devendo se submeter aos fins da educação e não determiná-los; que o seu uso não deverá ser restrito a nenhuma área de ensino; a priorização da formação do professor quanto aos aspectos teóricos, participação em pesquisa e experimentação, além do envolvimento com a tecnologia do computador e, por fim, que a tecnologia a ser utilizada seja de origem nacional
1983	Criação da CE/IE – Comissão Especial de Informática na Educação ligada à SEI, CSN e à Presidência da República. Desta comissão faziam parte membros do MEC, SEI, CNPQ, Finep e Embratel que tinham como missão desenvolver discussões e implementar ações

	para levar os computadores às escolas públicas brasileiras
1983	Criação do Projeto Educom – Educação com Computadores. Foi a primeira ação oficial e concreta para levar os computadores até as escolas públicas. Foram criados 5 centros piloto, responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisa e pela disseminação do uso dos computadores no processo de ensino-aprendizagem
1984	Oficialização dos centro de estudo do Projeto Educom, o qual era composto pelas seguintes instituições: UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), UFRJ (Rio de Janeiro), UFMG (Minas Gerais), UFRGS (Rio Grande do Sul) e Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Os recursos financeiros para este projeto eram oriundos do Finep, Funtevê e do CNPQ
1986 e 1987	Criação do Comitê Assessor de Informática para Educação de 1º e 2º graus (Caie/Septs), subordinado ao MEC, tendo como objetivo definir os rumos da política nacional de informática educacional, a partir do Projeto Educom. As suas principais ações foram: realização de concursos nacionais de softwares educacionais, redação de um documento sobre a política por eles definida, implantação de Centros de Informática Educacional (CIEs) para atender cerca de 100.000 usuários, em convênio com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação; definição e organização de cursos de formação de professores dos CIEs e efetuar a avaliação e reorientação do Projeto Educom
1987	Elaboração do Programa de Ação Imediata em Informática na Educação, o qual teve, como uma das suas principais ações, a criação de dois projetos: Projeto Formar, que visava à formação de recursos humanos; e o Projeto Cied, que visava à implantação de Centros de Informática e Educação. Além dessas duas ações, foram levantadas as necessidades dos sistemas de ensino, relacionadas à informática no ensino de 1º e 2º graus, foi elaborada a Política de Informática Educativa para o período de 1987 a 1989 e, por fim, foi estimulada a produção de softwares educativos. O projeto Cied desenvolveu-se em três linhas: Cies – Centros de Informática na Educação Superior, Cied – Centros de Informática na Educação de 1º e 2º graus e Especial e Ciet – Centros de Informática na Educação Técnica (Ciet)
1989	Instituído pelo MEC, através da Portaria Ministerial nº 549/89, o Programa Nacional de Informática na Educação - PRONINFE, gerou, de acordo com Almeida (1988), em dez anos, uma cultura nacional de informática educativa centrada na realidade da escola pública, constituindo-se como o principal referencial das ações planejadas pelo Ministério da Educação. O PRONINFE teve como objetivo desenvolver a informática educativa no Brasil, através de atividades e projetos articulados e convergentes, apoiados em fundamentação pedagógica, sólida e atualizada, de modo a assegurar a unidade política, técnica e científica imprescindível ao êxito dos esforços e investimentos envolvidos (Almeida, 1988).
1995 até a atualidade	Criação do Proinfo (Programa Nacional de Informática na Educação), projeto que visava à formação de NTEs (Núcleos de Tecnologias Educacionais) em todos os estados do País. Esses NTEs serão compostos por professores que deverão passar por uma capacitação de pós-graduação referente à Informática Educacional, para que possam exercer o papel de multiplicadores desta política. Todos os estados receberão computadores, de acordo com a população de alunos matriculados nas escolas com mais de 150 alunos

Nesse contexto, importante ressaltar que o PROINFO surge como proposta para reestruturar o modelo anterior, o PRONINFE. Para Moraes (1997), a criação do PROINFO se justificou pelo diagnóstico da situação educacional brasileira e pela necessidade de minimizar os índices significativos de analfabetismo. A esses fatores, a autora acrescenta

ainda a influência do cenário internacional (transformações sócio-econômicas e culturais) que ocorreram no final do século XX, impulsionadas pelos avanços da ciência e da tecnologia, suas influências nas formas de pensar e no fazer educacional.

Dessa forma, tendo em vista a não-universalização da alfabetização no século XX e o atendimento das demandas do cenário (inter) nacional, que passou a exigir uma alfabetização tecnológica, o Ministério da Educação (MEC) impulsionou o PROINFO numa política de governo para ampliação de acesso às TICs. É de se destacar que, em 2003, as ações do PROINFO ganharam novo fôlego com a implantação do programa do Governo Eletrônico - Sistema de Atendimento ao Cidadão (Gesac), uma iniciativa do Ministério das Comunicações, com o apoio do MEC.

Na seqüência, serão abordadas as diretrizes do PROINFO definidas para o Estado de Santa Catarina.

4. Diretrizes do Proinfo para o Estado de Santa Catarina

A Secretaria de Estado da Educação, entre os anos de 1999 a 2002, delineou os seguintes objetivos relacionados às Políticas de Informática na Educação (SANTA CATARINA, 2001, p.13):

- Disseminar e incentivar a cultura de gestão e de uso das TICs, na rede pública de ensino.
- Integrar programas relativos à aplicação das TICs na educação em âmbito estadual.
- Capacitar profissionais da educação para o uso pedagógico das TICs.
- Preparar e organizar o gerenciamento da utilização dos recursos tecnológicos, na escola.
- Elaborar, desenvolver, analisar e avaliar projetos voltados à área das TICs educacionais.
- Criar estratégias para a incorporação dos conceitos de redes corporativas intra e interescolar a partir do uso das novas TICs.
- Promover a interdisciplinaridade em ambientes de aprendizagem em rede, entre os educadores, as áreas de conhecimento, o contexto sócio-histórico e as novas linguagens tecnológicas.
- Implantar o acesso dedicado à internet nos NTEs, CREs (Coordenadoria Regional de Educação) e UEs (Unidades Escolares).

Hoje, conforme informações obtidas a partir da entrevista com a Equipe de Gerência de Tecnologia Educacional e Infraestrutura do Estado de Santa Catarina, das 1304 escolas públicas existentes no Estado, apenas 111 não têm salas informatizadas, sendo que 413 receberam equipamentos da Secretaria do Estado e as demais, do Ministério da Educação.

O Estado de Santa Catarina conta com 37 NTEs, cada qual subordinado a sua Gerência de Educação. Esses núcleos tecnológicos são compostos por professores, com especialização na área de Gestão das Tecnologias aplicadas à Educação, que atuam como multiplicadores da Informática na Educação em todas as escolas da rede pública estadual de ensino. Os núcleos, segundo Santa Catarina (2001), têm ainda a função de assessorar na implantação das salas informatizadas nas escolas e capacitar professores para incorporar essa tecnologia no trabalho educativo.

A equipe de coordenação estadual faz o acompanhamento das atividades desenvolvidas nos NTEs e o assessoramento técnico-pedagógico em âmbito regional e estadual.

O atual Secretário de Estado da Educação, Sr. Paulo Bauer, por meio do portal da Secretaria de Estado da Educação (<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/secretario>), afirma que:

Dentre as principais atividades governamentais, a Educação tem destaque especial porque é por meio dela que se constrói a cidadania [...]. Santa Catarina é, dentre os estados brasileiros, destaque em todas as avaliações oficiais ou não, promovidas por instituições nacionais e internacionais [...]. A Secretaria de Estado da Educação busca, com as ações que lhe cabe, oportunizar o melhor ambiente de trabalho para professores, alunos e funcionários, cuidando para que a escola tenha a melhor infraestrutura física, os melhores equipamentos, os melhores materiais pedagógicos e a melhor administração. São políticas que se anunciam sempre com o propósito de continuarem sendo úteis e, portanto, são aplicáveis por longo tempo. Isso é algo que afasta da vida escolar a prática de experiências que custam vultosos recursos e raramente contam com a adesão de professores e alunos, restando como experiências inovadoras de resultados pouco expressivos.

É preciso ter na Educação uma postura e uma gestão que caracterizem todos os procedimentos como ações de um Governo que se preocupa com a Educação como uma questão de Estado e não como um assunto político que esconde interesses ideológicos e eleitorais. A gestão da Educação em Santa Catarina observa rigorosamente o respeito e o cumprimento à legislação vigente e à plena transparência como mecanismo de democratização da gestão. Também é feita com responsabilidade, produzindo decisões que evitem o desperdício ou o excesso de gastos financeiros, além de manter uma permanente otimização dos recursos humanos, visando valorizar efetivamente quem, com disposição de trabalhar, contribui efetivamente para a oferta de ensino de qualidade a todos os alunos – nossa principal e maior atenção e razão de ser.

A partir das diretrizes apresentadas, pode-se concluir que a educação é valorizada em sua essência. Além disso, levam a crer que os professores estão recebendo constante capacitação, em prol da melhoria da qualidade do ensino e que estão recebendo constante acompanhamento na aplicação das tecnologias, como ferramentas de apoio a promoção e aprimoramento do ensino. No entanto, a prática não reflete a teoria, conforme será analisado no item que segue.

5. Resultados Parciais da Pesquisa

O que se infere da leitura do discurso acima é que os alunos da rede pública do Estado de Santa Catarina, têm a disposição professores altamente capacitados, motivados e dispostos a utilizar todas as ferramentas as quais têm acesso para aprimorar a qualidade do ensino. Mas, a análise e os resultados deste estudo, feitos com base na metodologia anteriormente descrita e sugerida por Yin (2001), dão indícios a diversos pontos divergentes, os quais precisam ser incessantemente trabalhados, dentre eles, segundo os entrevistados, pode-se destacar:

- As salas informatizadas existem na grande maioria das escolas, mas estas não têm capacidade para receber grandes turmas. Em média, cada sala informatizada está equipada com 10 computadores e o número médio de alunos por turma gira em torno de 30.
- Não há uma clara política estadual para o uso das tecnologias.
- As tecnologias ainda não são usadas pelos professores como ferramenta para gerar conhecimento. Alguns acabam por não saber o que fazer com o computador. São resistentes às novas tecnologias.
- Tendo em vista a busca pela melhoria salarial, os professores acabam por assumir altas cargas horárias semanais, sendo que muitos trabalham até 60 horas/semana. Dessa forma, eles não têm nem tempo e nem estímulo para preparar algo novo, que fuja do seu “feijão com arroz”. É mais fácil passar o que já está batido, para não criar novas demandas de trabalho, além das já existentes.
- Não há uma política para formação dos multiplicadores. Eles têm conhecimento técnico, mas não o pedagógico.
- A rotatividade dos multiplicadores que incorporam os NTEs é muito alta. Dadas as dificuldades, quando estes estão aptos para transmitir o conhecimento para os professores, mudam de gerência, senão em função da política, em função da busca pela melhoria salarial.
- A dificuldade de deslocamento é muito grande. O contato entre os técnicos, membros dos GTI (Gerência Educacional e Infraestrutura), e os multiplicadores, e destes com os professores das escolas fica restrito na maioria das vezes a internet.
- O Governo exige qualidade dos professores mais não oferece condições para que estes possam trabalhar em prol da mesma.
- O programa de capacitação para os professores e multiplicadores não é contínuo. É oferecido raramente.

6. Conclusão

A compreensão dos processos de desenvolvimento e organização das atividades de governo eletrônico e principalmente suas iniciativas em prol do uso de tecnologias aliadas a educação, são de grande importância para o entendimento deste trabalho.

Apesar da temática das políticas públicas para a informática na educação serem debatidas há bastante tempo, a pesquisa constatou que não houve um avanço real no que diz respeito ao domínio, pelo país, dos conhecimentos científicos e tecnológicos que embasam a nova tecnologia. Tal afirmação é comprovada pela análise do processo no estado de Santa Catarina que, apesar de ser considerado, na teoria, um dos estados mais avançados em termos de tecnologias informacionais na educação, na prática, o dia a dia dos envolvidos no processo, abarcada dificuldades que perpassam e entram o possível sucesso das iniciativas de uso de tecnologia aliadas a educação.

Verificou-se que falta uma política pública estadual concreta que direcione os esforços dos envolvidos em prol do bem final, que é a melhoria da qualidade de ensino nas escolas, impede que se incorporem, de maneira eficiente, as tecnologias como ferramenta de suporte a educação. Convém esclarecer ainda que, os atores do processo decisório dessa política não estão priorizando a apropriação crítica e democrática dos conteúdos científicos e tecnológicos. Pelo contrário, os atores têm se atido mais às questões de ordem metodológica e criação de salas de informática, gerando com isso o risco da educação brasileira vir a ter, mais uma vez, esvaziado os conteúdos em detrimento da forma, da técnica. Frise-se que as reais demandas do Estado de Santa Catarina vão em direção de políticas efetivas e disseminadas, que contemplem diretrizes relacionadas a melhor estruturação dos NTEs e a formação continuada dos multiplicadores e professores.

De forma conjunta, os professores também precisam entender a importância e os benefícios que a tecnologia pode trazer quando aliada aos processos de ensino-aprendizagem. Aquela vem para servir de ferramenta de apoio e não tem a mínima pretensão de assumir o papel que tem o professor frente a sala de aula, sob pena do computador se tornar apenas mais um "modismo" da educação. O desafio está na formação continuada dos professores para se apropriar criticamente dessa tecnologia, dominando-a e não sendo dominados por ela, utilizando-a para a produção do conhecimento, e não o objetivo "per se" da educação.

Por fim, entende-se que a questão da informática na educação deve sair do círculo restrito dos especialistas e tomar foros de discussão, envolvendo não só os educadores, mas a sociedade civil.

7. Referências

- AFONSO, José Roberto Rodrigues; FERNANDES, Andréa Gomes. *E-Governo no Brasil: experiências e perspectivas*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 21-64, jun. 2001. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1502.pdf>. Acesso em: jun. 2009.
- ALMEIDA, Fernando José. *Educação e Informática: os computadores na escola*. São Paulo: Cortez, 1988.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988: atualizada até a emenda Constitucional nº 56, de 20 de dezembro de 2007. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. v.1. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- MORAES, Maria Cândida. *Subsídios para fundamentação do programa Nacional de informática na Educação*. Brasília: MEC/SEED, jan. 1997. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001169.pdf>>. Acesso em: 05/05/09.
- MORAN, José Manuel. *O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD: uma leitura crítica dos meios*. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2009.
- ROVER, Aires José (Org.). *Direito e Informática*. São Paulo: Manole, 2004.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Equipe GETED/SED. *Política das tecnologias de informação e comunicação para as escolas públicas do estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 2001. 32 p.
- TAJRA, Sanmya Feitosa. *Informática na Educação: professor na atualidade*. São Paulo: Érica, 1998.
- TAKAHASHI, Tadao. *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203p.
- VALENTE, José Armando. *Diferentes usos de computador na educação*. Disponível em:
<<http://www.proinfo.mec.gov.br/upload/biblioteca/187.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.